

101 MAI 1994

# Dois problemas e o Congresso



**O descontrole das importações não pode ocorrer desta vez**

**F**ora as deceções vindas do Congresso — tornaram-se habituais, mas não se enganem os parlamentares, os eleitores podem dar o troco a 3 de outubro — a semana trouxe dois fatos preocupantes para o futuro do plano econômico. O primeiro deles, grave à curto prazo, exige uma ação rápida e preventiva do ministro da Fazenda, Rubens Ricupero. Trata-se do aumento em Unidade

Real de Valor (URV) dos preços dos automóveis, justificado pelas montadoras automobilísticas com o acordo salarial assinado com os metalúrgicos de São Paulo, que resultou em elevação real de 19% dos salários em URV. O precedente é grave pela sua vocação multiplicadora, inclusive depois que o real virar moeda, e porque gera indesejável inflação em URV, indexador que nasceu justamente com a função de estabilizar os preços. Além de retaliações de caráter administrativo, desgastadas e inoperantes, o governo pouco ou nada pode fazer para reverter esse aumento. Os preços estão livres e o caráter voluntário e não

impositivo do plano econômico deixam o governo immobilizado. Porém, uma ação preventiva deve ser pensada para evitar a repetição de fatos como esse na vigência do real e não permitir que um benefício setorial prejudique o conjunto da economia. Do contrário, o plano passa a correr sérios riscos.

O poder de enfrentamento dos metalúrgicos é igual (ou até menor) à força aguerrida de bancários e petroleiros. Com dissídios coletivos em 1º de setembro, esses dois segmentos do trabalho tem sobre os metalúrgicos paulistas a vantagem de suas campanhas salariais terem caráter nacional. Portanto, a pressão de uma greve é mais poderosa, porque o país pára com bancos fechados e postos sem combustíveis. A greve é um recurso normal no regime democrático e aumentos salariais espontâneos não estão proibidos por lei. Mas elevação de preços em real trará efeitos perversos sobre a inflação, sobretudo em se tratando de combustíveis, que tem vasta utilização por toda a economia. É preciso que o governo aja preventivamente,

se, se prepare, antecipe conversas com as duas partes (capital e trabalho), não seja atropelado por fatos consumados. As campanhas salariais de petroleiros e bancários começam em julho/agosto. Há tempo, portanto, para o ministro do Trabalho agir. Mas é preciso também que o presidente Itamar Franco o nomeie.

Menos preocupante à curto prazo, mas com perigo à vista mais tarde, o segundo fato da semana é relacionado com o comércio exterior, fonte segura de alimento às reservas cambiais. Os números da balança comercial divulgados esta semana mostram que o país começou a entrar numa zona de perigo. A luz vermelha de alerta está piscando. Em queda desde janeiro, o saldo da balança comercial mostra uma perda de US\$ 1,267 bilhão até março, em comparação com o resultado do ano passado. Os dólares obtidos com a venda de produtos brasileiros para o Exterior são garantidos, divisas certas não sujeitas a oscilações de caráter político, nem ao risco de sair a qualquer momento do país. Ao contrário do chamado "hot money", que entra no Brasil em busca de juros altos e lucro fácil e sai quando esses motivos cessam ou há um risco político previsível de mudanças. Dos US\$ 35 bilhões de reservas cambiais, estima-se que US\$

16 bilhões são representados por "hot money".

Certos economistas — os do PT inclusive — preocupam-se com a possibilidade de fuga veloz desse dinheiro para o exterior tão logo as pesquisas indiquem vitória segura de Lula nas eleições. Isso poderia ocorrer a partir de setembro, justamente quando o plano econômico estiver vivendo sua fase mais delicada, tentando fincar os pilares de estabilidade e queda da inflação. A repentina redução à metade das reservas pode representar um risco irreparável para um plano que tem na âncora cambial o mais importante de seus pilares. É preciso, portanto, que o ministro Ricupero e sua equipe não menosprezem a capacidade do comércio exterior de gerar divisas. Também nesse aspecto o Plano Cruzado deixou lições — para não serem repetidas. O descontrole das importações — uma tentação para quem persegue a queda da inflação — não pode ocorrer desta vez. São apenas dois entre tantos problemas que precisam ser enfrentados, para alcançar o reino dos céus da inflação zero. Mas o Congresso passa ao largo deles. Não vota a MP-457, ignora o orçamento, despreza a revisão da Constituição. Mas absolve Ricardo Fiúza.

■ Suely Caldas é jornalista.